

## A UNIVERIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE E SEU NÚCLEO DE MEMÓRIA: A HISTÓRIA DE EMBATES E DESAFIOS PARA A CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO EXTREMO SUL DO BRASIL

### FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE AND ITS MEMORIAL CENTER: THE HISTORY OF STRUGGLES AND CHALLENGES FOR THE HIGHER EDUCATION CREATION IN THE EXTREME SOUTH OF BRAZIL

Pierre André Garcia Pires<sup>1,2,3\*</sup>

1. Professor Ajunto II da Universidade Federal do Acre/UFAC. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura. Professor da área de Didática e Investigação e Prática Pedagógica;
2. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática-MPECIM;
3. Mestre em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande/FURG; Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.

\*Autor correspondente: pierreufac@gmail.com

Recebido: 23/10/2017; Aceito: 05/03/2018

#### RESUMO

O objeto deste estudo é a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) na realização de sua prática enquanto instituição superior na busca de contribuir para o desenvolvimento da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, além de tornar cidadãos conscientes de seu pensar e agir, e seu Núcleo de Memória Eng.º Francisco Martins Bastos (NUME) o *locus* das coletas de informações para pesquisa. O presente trabalho visa contribuir para o resgate histórico da FURG através de seu Núcleo de Memória (NUME), justificando-se pela necessidade de identificar fatos importantes e acontecimentos ocorridos na década de 1970 na Universidade que possibilitaram sua consolidação enquanto instituição de ensino superior, além de descrever motivos que levaram a criação de escolas de nível superior nesta localidade e identificar ações do NUME no início do século XXI, se consolidando para o resgate das ações da FURG nesses seus quase 50 anos de criação. Assim com esse trabalho foi possível resgatar a história da FURG, através de seu Núcleo de Memória, de forma a entender seus embates e desafios para consolidação do ensino superior no extremo sul do Brasil, investindo assim na formação de diferentes profissionais tanto na graduação como na pós-graduação.

**Palavras- chave:** Universidade Federal do Rio Grande. Núcleo de Memória. Ensino Superior.

## ABSTRACT

The Federal University of Rio Grande (FURG) is the object of this study with respect of its practice as a higher education institution which contributes for the development of the city of Rio Grande, in the state of Rio Grande do Sul, and makes the citizens aware of their reasoning and acting. The study collected data for the research at FURG's Eng.º Francisco Martins Bastos Memorial Center (NUME). This study aims to contribute for the historical retrieval of FURG through the Memorial Center (NUME). The need to identify important facts and events that occurred in the 1970s at the University justifies the retrieval. Such facts and events helped FURG to consolidate as a higher education institution, as well as to describe the reasons which led to the creation of higher education schools in this location and to identify actions of NUME in the beginning of the 21<sup>st</sup> century, thus consolidating for the retrieval of FURG's actions in their almost 50 years of foundation. Therefore, with this study it was possible to retrieve the history of FURG through its Memorial Center, in a way as to understand its struggles and challenges for the consolidation of higher education in the extreme south of Brazil, thus investing in the qualification of different professionals, both in undergraduate and post-graduate courses.

**Key words:** Federal University of Rio Grande. Memorial Center. Higher Education.

## 1 – INTRODUÇÃO

A história está presente na vida do ser humano. É através dela que os indivíduos se percebem evoluídos ou alienados dentro do contexto social no qual atuam. Sabe-se que o indivíduo que conhece sua história poderá atuar sobre o presente, agindo sobre a realidade a qual pertence, como forma, muitas vezes, de planejar seu futuro. Quando se fala em realidade, procura-se demonstrar que o cidadão, a partir de sua trajetória de vida, adquire experiências que podem ser relatadas e socializadas para aqueles que estão iniciando essa trajetória, servindo a estes, muitas vezes, como referência ou, em algum momento, como ponto de partida para suas vidas, conectadas com o momento atual.

A realidade do município do Rio Grande, no extremo sul do estado do Rio

Grande do Sul, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. Isso propiciava a evasão de significativo número de estudantes, os quais se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Essa força jovem, concluindo os cursos, raramente retornava à cidade de origem a fim de participar do processo histórico, cultural e socioeconômico do Rio Grande.

A consciência dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural, cuja finalidade precípua, de início, era a criação de uma Escola de Engenharia, em Rio Grande, justificada pelo elevado número de profissionais na área (que poderiam contribuir com a formação dos jovens) e pelo parque industrial que ali existia.

Apercebendo-se de que a referida escola deveria ter uma entidade mantenedora, nos moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura, ou seja, através de uma Fundação de Ensino Superior, no dia 8 de julho de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande, com o objetivo de gerenciar e financiar os cursos superiores que poderiam ser criados. A falta de espaço físico adequado levou a Escola de Engenharia a funcionar, inicialmente, na Biblioteca Pública Rio-Grandense, com aulas práticas ministradas diretamente nas indústrias, servindo como laboratórios experimentais.

Devido ao fato de os professores do curso estarem envolvidos em atividades profissionais nas indústrias e entidades públicas da cidade, tornou-se relativamente possível fazer funcionar uma escola sem espaço físico e com corpo docente que trabalhava gratuitamente. Em 24 de maio de 1955, pelo Decreto nº 37.378, foi autorizado o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, reconhecida pelo Decreto nº 46.459 de 18 de julho de 1959 e federalizada pela Lei nº 3.893 de 2 de maio de 1961, como estabelecimento isolado, Catálogo Geral da FURG (1999, p.08). A Fundação Cidade do Rio Grande adquiriu o terreno e urgenciou a construção do prédio próprio para a Escola de Engenharia Industrial, no local onde atualmente está instalado o Campus Cidade da universidade. A primeira célula mal havia fecundado, e novas necessidades já

impulsionavam o surgimento de outras unidades de ensino superior.

## 2- MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere à metodologia, foram utilizadas, para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa bibliográfica e a análise documental, disponíveis no acervo do Núcleo de Memória - NUME da Universidade Federal do Rio Grande -FURG e na Biblioteca Rio Grandense, além de fontes da referida universidade, encontradas e pesquisadas na Superintendência de Extensão. Entre os materiais utilizados estão jornais e documentos da universidade que resgatam sua história.

A FURG, através de seus atores, foi construindo sua história nesses anos de existência na cidade do Rio Grande. Muitos fatos realizados no decorrer das décadas eram esquecidos e nem mesmo a atual geração conhece a história da Universidade que os acolhe. Para isso, a partir de 1999, foi reativado o Núcleo de Memória da FURG, que procura fornecer informações sobre a Universidade nessas décadas de existência.

A universidade vem, no decorrer dos tempos, desde a sua criação em 1969, sofrendo várias modificações juntamente com o estado de Rio Grande do Sul, que se apresenta em constante desenvolvimento. A instituição é responsável pela formação dos

mais diversos profissionais, nas mais variadas áreas, de modo que se percebe, assim, a sua importância, não somente para o município de Rio Grande, mas para todo o país. Vem sendo reconhecida internacionalmente pelos programas que desenvolve e participa. Dessa forma, tem contribuído continuamente não só para a construção da cidadania local, mas, também regional e nacional, sendo, assim, o objeto de estudo desta pesquisa.

### 3- RESULTADOS E DISCUSSÕES

A necessidade de oferecer outras propostas para o ensino superior, a partir do curso de Engenharia Industrial, estava se fazendo presente na cidade do Rio Grande, com isso, começou-se a pensar em novos cursos que atendessem a população. Assim, expandindo a oferta para qualificação de mão-de-obra, inicia-se a criação das faculdades.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas surgiu pela Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956, e foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 43.563, de 24 de abril de 1958. Em 1959, ano do centenário de nascimento de Clóvis Beviláqua (jurista, autor do Código Civil Brasileiro em 1916), foi iniciado um movimento visando à instalação, em Rio Grande, de uma Escola de Direito a ser mantida financeiramente pela Mitra Diocesana de Pelotas. Contava com a colaboração de professores do município, da União Sul -Brasileira de Ensino e Biblioteca

Rio-grandense, aquela fornecendo as instalações para o funcionamento e esta colocando seu acervo à disposição da clientela.

Os esforços conjugados garantiram que, em 2 de fevereiro de 1960, pelo Decreto nº 47.738, fosse autorizado o funcionamento da instituição que recebeu o nome de Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”. Assim sendo, em 1960, a primeira turma começava a frequentar regularmente as aulas, até que, pelo Decreto nº 56.461 de 14 de junho de 1965, foi reconhecida a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, da Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento em Rio Grande.

À proporção que o tempo transcorria, novas expectativas surgiram e, com elas, ampliava-se a gama de possibilidades oferecidas aos jovens riograndinos. A existência de um vínculo cultural entre Rio Grande e Pelotas favoreceu o estabelecimento de novos elos. Dessa forma, ainda em 1960, tendo em vista o grande número de candidatos que aspiravam outros cursos de nível superior, buscou-se a instalação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, para cujo funcionamento tinham sido cedidas salas da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. Em 19 de fevereiro de 1961, através do Decreto nº 49.963, foi concedida a autorização para o funcionamento dos Cursos de Filosofia e Pedagogia.

Como um processo dinâmico, em que se acumulam resultados favoráveis, em 1964 era concedida a autorização para o funcionamento do Curso de Letras, com habilitação para Inglês e Francês; em 1966 entrava em funcionamento o Curso de Matemática; em 1967 instalavam-se os Cursos de Ciências e Estudos Sociais. Nesse mesmo ano, na sessão de 4 de outubro, o Conselho Federal de Educação reconhecia a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, ato oficializado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, através do Decreto nº 61.617 de 3 de novembro de 1967.

Em 1º de agosto de 1967, diante da expansão dos cursos, por meio de convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, foi promovido o deslocamento das instalações da Faculdade de Filosofia para o Instituto de Educação “Juvenal Müller”. Nesse ano começou-se pensar na criação da Universidade: “Fundação Cidade do Rio Grande”. Foi criada uma comissão composta de seis membros: Profª Alair Brandão Almeida, Eng.º Ivo Pereira Braga, Dr. Jorge da Cunha Amaral, Dr. João Luiz Toralles Leite, Sr. Enio Duarte Fernandez e Dr. Flávio Figueiredo, para estudar e efetivar a criação de uma Universidade na Cidade do Rio Grande, Revista Ipiranga (1967, ano VII, nº 48).

A filosofia educacional do País admitia, a título precário, o funcionamento de escolas isoladas no sistema de ensino

superior, mas a Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) preconizava a aglutinação de unidades independentes e menores, em complexos estruturais maiores, organizados em funções de objetivos comuns. Nesse momento, começou a luta pela Universidade para a cidade do Rio Grande, mas, somente no ano de 1969, teve início a discussão sobre a criação da instituição, já que a cidade apresentava um grande número de faculdades isoladas. Também se discutia se teria a possibilidade de uma junção entre essas.

A Universidade, para ser autorizada, passou por várias discussões, inclusive enfrentando certos obstáculos por parte do Conselho de Educação. A preferência do Conselho era criar uma universidade na cidade de Pelotas, sendo assim, não haveria necessidade de criar duas Universidades tão próximas uma da outra. Essa notícia foi dada pelo Ministro da Educação: “O Ministro da Educação Tarso Dutra revelou segundo um jornal de Porto Alegre, ter encontrado obstáculos por parte do Conselho de Educação quanto à criação da Universidade do Rio Grande, o mesmo não acontecendo com Pelotas”, Jornal Rio Grande (1969, n.º 118, p. 18).

O representante escolhido para representar o grupo nas discussões sobre a criação da Universidade na cidade de Rio Grande, Dr. Jorge da Cunha Amaral, foi ao Rio de Janeiro conhecer o processo relativo a esta. Parte da comunidade riograndina estava

lutando para que a criação se confirmasse, as Faculdades existentes nesse período surgiram da boa vontade e do espírito de luta de uma parte do povo riograndino, ou seja, pessoas que tinham certo “poder aquisitivo”. Sendo assim, a Universidade poderia surgir da mesma forma, mas não se tornaria pública.

Esse foi um dos argumentos utilizados pelo Ministério da Educação quanto à criação de uma Universidade já que, somente a Faculdade de Engenharia pertencia ao poder público e, em contraposição, as Faculdades de Pelotas pertenciam todas ao poder público. Por essa razão, a proposta de uma Universidade nesta cidade seria a mais indicada. Junto a isso, outra solução estava sendo pensada: “Um dos passos mais importantes para afirmar a Fundação por base é a federalização das atuais Faculdades do Rio Grande das quais somente a Escola de Engenharia Industrial pertence ao Ministério da Educação e Cultura”, *Jornal Rio Grande* (1969, n.º 195, capa).

As esperanças estavam terminando, pois a notícia que chegara ao Sr. Prefeito de Rio Grande, Ten. Cel. Cid Scarone Vieira, chefe do Executivo, era a de que o Ministério do Planejamento deu parecer contrário à criação da Universidade. Dessa forma, com a notícia, o povo riograndino já estava decepcionado com tantos rumores negativos sobre a criação da universidade, mas surge uma alternativa, conforme divulgada na imprensa: “A esta altura só resta aquela vaga esperança de que

junto com a de Pelotas, para surpresa geral seja criada a Universidade de Rio Grande, para imitar a Lei nº 5 de 27 de junho de 1835, em que duas vilas da zona sul ganharam condição de cidade”, *Jornal do Rio Grande* (1969, nº 172, p. 02).

Porém, o Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, assina o decreto criando somente a Universidade de Pelotas, em 07 de agosto de 1969, mas começou um rumor, através do Prefeito de Pelotas, de que a Universidade seria também criada em Rio Grande. Sendo assim, é publicado pela imprensa em 14 de agosto de 1969 que o processo de criação da Universidade de Rio Grande (URG) encontrava-se com o Presidente da República para análise. Quatro dias após, era comemorada pela cidade a informação de que seria criada a URG juntamente com a Universidade de Uberlândia/MG. Em 29 de agosto de 1969 é publicado no Diário Oficial o Decreto Lei nº 774 com a criação da instituição riograndina.

A instalação do Regime Militar (1964-1985) interrompeu o debate dos grandes temas nacionais. Caracterizado pelo autoritarismo, o regime militar negou à sociedade brasileira seu legítimo direito de participar livremente das decisões políticas. Esse relato é importante, pois é nesse governo e contexto que começam as discussões sobre a criação da Universidade de Rio Grande, o que, de certa forma, influenciou a criação da instituição.

Esse governo submeteu a sociedade por meio de órgãos de repressão policial, de censura aos meios de comunicação, pela extinção do pluripartidarismo, pela limitação do direito ao voto, embora essa não fosse a proposta do primeiro militar no poder, conforme Lopez:

Sob a nova Constituição, o Brasil teve vários governos, o primeiro dos quais foi o do marechal Costa e Silva. Segundo alguns analistas políticos, ele pretendia fazer o Brasil ingressar definitivamente no caminho da ordem institucional. Entretanto, isso não foi possível por dois motivos: a pressão da chamada ‘linha dura’ das Forças Armadas, isto é, os militares de ideologia mais rígida e adeptos do total fechamento político, e as dificuldades daquele instável ano de 1968. [1].

Costa e Silva, sob influência da “linha dura”, foi responsável pelo Ato Institucional nº 5, considerado documento máximo de arbítrio e que lhe permitia suspender direitos políticos, cassar mandatos e fechar qualquer instituição legislativa por tempo indeterminado. Esse ato ocorre em 1968, fechando o Congresso e iniciando o período de maior repressão político-militar.

De cima para baixo, os governos militares tomaram em suas mãos a iniciativa de determinar unilateralmente os grandes rumos da política nacional. Assim, abandonaram o nacionalismo reformista do período anterior e adotaram um modelo de desenvolvimento tecnoburocrático- capitalista dependente. Tecnoburocrático porque, controlado por técnicos militares e civis pertencentes ao Governo e decididos a

intervir de forma crescente na economia, planejaram o desenvolvimento, produziram bens básicos e intermediários por meios das empresas estatais, ampliaram sistema fiscal, tabelaram os preços, ditaram as regras da política, etc. Capitalistas dependentes porque, mais do que nunca, subordinaram o País ao capitalismo internacional do qual receberam recursos financeiros (endividamento externo) e suporte tecnológico (por meio das empresas multinacionais).

Em linhas gerais, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Regime Militar promoveu: a modernização de setores de infraestrutura (energia, comunicações, transportes), visando, sobretudo: estimular e diversificar nossas exportações que, além dos tradicionais gêneros agrícolas, passaram a ser compostas por produtos industrializados, como máquinas e equipamentos; a concentração de renda nas classes altas, que se reflete num padrão de produção e consumo industrial voltado, sobretudo, para as elites; a exclusão das classes trabalhadoras de baixa renda dos benefícios sociais do desenvolvimento econômico.

Surgem, a partir de 1970, vários grupos de extrema-esquerda, que vão utilizar a guerrilha urbana para desestabilizar o Regime Militar. Nesse período, assume o governo, em plenas manifestações públicas, o Presidente da República, o General Emilio Garrastazu Médici, substituindo Costa e Silva e

integrando-se às novas regras estabelecidas pelo arbítrio [1].

A imprensa, setores da Igreja, estudantes, intelectuais e a OAB fazem, nessa fase, forte oposição. Com a repressão, cada vez maior, e a censura sobre todos os meios de comunicação, o governo conseguiu desmobilizar a oposição. Esta optou pelo caminho extremo: o da luta armada. A repressão policial-militar aumentou, surgindo grupos paramilitares, a fim de reprimirem todos os opositores do regime, Trevisan nos afirma: “Foi uma era de desmandos absolutos, da repressão mais enlouquecida, do crescimento econômico mais desordenado. Tudo junto, como uma imensa sopa enfiada goela abaixo da Nação” [2].

No campo econômico, o governo Médici concretizava a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, através de um combate à inflação, empréstimo no exterior e aplicação desses recursos na economia interna. Surge o “Milagre Econômico”, com um crescimento da economia nacional sem igual na história do Brasil. O Milagre Econômico baseou-se no endividamento externo para obtenção de tecnologia estrangeira e na concentração de renda para criar um mercado consumidor. Essa fase caracterizou-se por grande estímulo às exportações, as indústrias de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e automóveis) crescem em detrimento das indústrias (alimentos e vestuário), que eram de consumo

popular, foi um momento mais quantitativo do que qualitativo. Lopez aborda o Milagre Econômico e afirma que: “[...]este servia para encobrir as verdades da distorção da distribuição da renda e das injustiças do sistema de um modo geral” [1].

Entre o período de 1974/1978 assume a Presidência da República o General Ernesto Geisel, eleito pelo Colégio eleitoral, através de mecanismos de eleição indireta. No campo econômico, nessa fase, o Milagre Econômico começou a ruir, devido à crise internacional, ao aumento do petróleo e ao conseqüente aumento da dívida externa. A inflação inicia sua escala e, no mercado financeiro, surgem as especulações financeiras, em que empresas investem mais do que na sua própria produção.

No campo político, caracteriza-se pela distensão política, em que partido de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) começa a ganhar mais cadeiras no Congresso Nacional e mais prefeituras, por terem conseguido mobilizar amplas camadas do povo brasileiro com seu programa, “o nacionalismo econômico sensibilizou o empresariado, o liberalismo atraiu a classe média e a redistribuição da renda agradou o proletariado” [1]. A censura diminui, mas o regime continua fechado e reprimindo a oposição.

Neste período se iniciam as primeiras manifestações sindicais, como a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista, sendo assim, o

governo Geisel não pode se conduzir com a tranquilidade do governo Médici. As forças oposicionistas da Sociedade Civil pregavam a volta do Estado de Direito, ou seja, fim do Ato Institucional nº 5 e leis correlatas, a anistia política e a justiça social. Mas Geisel estava preparado, conforme destaca Trevisan,

Quanto à política interna Geisel foi bem ‘esguiano’, pensou o tempo todo em institucionalização, preservando uma perspectiva de Estado autoritário. Sem dúvida nenhuma, usou toda a sua autoridade presidencial (ou seria o grande conhecimento do Exército do seu irmão Orlando?) para se enquadrar o ‘sistema’, tirá-lo de cena, impedir sua ação. O método foi privilegiar a hierarquia: todo o poder ao Alto Comando do Exército, formado por 10 generais de quatro estrelas, uma alta cúpula da Força [2].

Com a oposição crescendo dia a dia e a impopularidade do governo aumentando perante a população, o governo João Batista Figueiredo (1979/1985) assumiu o poder prometendo a abertura democrática. Para isso, a Lei de Anistia, promulgada em 1979, foi uma articulação comandada por Golbery de Couto e Silva (um especialista na arte de criar fatos consumados), pela qual se anistiavam todos os presos e exilados políticos, bem como todos os que participaram do aparelho repressor militar.

No início de 1980, o aparato regressivo do estado, não aceitando as mudanças políticas, inicia uma série de atentados terroristas de direita. A população não aceitava mais o regime militar, começando a exigir eleições diretas. A Campanha das

“Diretas Já” tem início em novembro de 1983. Sobre essa fase afirma Lopez,

[...] por tudo isso, se constata que a situação passou por momentos críticos, buscando se equilibrar entre os radicalismos de esquerda e de direita, o que foi dificultado por causa da perda da credibilidade decorrente da inflação e da corrupção e mordomias nas altas esferas burocráticas e administrativas [1].

Ao fim do último governo militar, o Brasil estava mergulhado em grave crise socioeconômica, que se revelava pelas altas taxas de inflação, pelo crescimento do desemprego, pelo assombroso endividamento externo e pelo monumental déficit público.

A discussão sobre a criação de uma Universidade na cidade do Rio Grande ocorreu em pleno Governo do Regime Militar. A preocupação com a área educacional, nesse período, era pouco significativa, não havia democracia para que todos participassem das decisões nacionais nem, portanto, das educacionais. Já tinha sido criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4024/61), mas precisava ser reformulada para que se adequasse à nova proposta do governo militar. Com isso, durante esse regime, ocorreram duas reformas (chamadas de leis subsequentes). Nessa lei, segundo Saviani:

A nova situação exigia a adequação no âmbito nacional, o que implicava mudanças na legislação que regulava o setor. Entretanto, como já foi assinado, o governo militar não considerou necessário editar, por completo, uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. E isto é compreensível porque, se tratava de garantir a continuidade da ordem socioeconômica, as diretrizes gerais da

educação, em vigor, não precisavam ser alteradas. Bastava ajustar a organização do ensino ao novo quadro político, como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica [3].

Para isso, foi criado um grupo de trabalho para alterar a Lei nº 4024/61, que deveria ter o objetivo de garantir a eficiência, a modernização e a flexibilidade administrativa da Universidade brasileira, tendo em vista a formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país. Esta reformulação deu origem à Lei nº 5540/68, que reformulou a estrutura do ensino superior, sendo por isso chamada de Lei da Reforma Universitária. Sua implantação se deu através do Decreto Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969 [3].

Menos de dois anos depois do processo da reforma universitária, começa a ser repensada a reforma do ensino fundamental e colegial, por meio da Lei nº 5692/71, que veio fixar as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus. A reforma ocorreu a pedido do Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, tendo como objetivos estudar, planejar e propor medidas para atualização e expansão do ensino.

Cabe ressaltar que, a partir de 1970, deslanchou um profundo processo de reestruturação tecnológica e produtiva nos países industrializados e a emergência do processo de globalização que se intensificaria. O Banco Mundial faz parte da história do

setor educativo e vem atuando desde 1944, concebido para ajudar na reestruturação de países pós-guerra. Até 1950, ocorre a integração de educadores, num intercâmbio que contribui para assimilação de ideal de educação para todos após 1950, começam os acordos econômicos a partir do Banco Mundial. A partir de 1961, os fundos destinados à qualificação técnica são administrados pela USAID (Agência para o Desenvolvimento Norte Americano). Esta foi criada no quadro da Aliança Para o Progresso, para prover assistência ao desenvolvimento no Terceiro Mundo, tendo como característica básica “a cooperação internacional como uma interação política bilateral” [4].

No período de 1970 a 1980, o Banco Mundial, começa a financiar projetos junto ao Ministério da Educação, conforme afirma Fonseca. No período, o Banco financiou cinco projetos junto ao Ministério da Educação,

Dois dentre eles destinavam-se ao ensino técnico de nível médio, sendo o primeiro executado no período de 1971 a 1978 e o segundo, de 1984 a 1990. Um terceiro voltou-se para o desenvolvimento de centros interescolares na linha do ensino profissionalizante obrigatório, preconizado pela Lei nº 5692/71. A partir da década de 80, o Banco passa a privilegiar a melhoria do ensino nas quatro séries do ensino fundamental [4].

Para o financiamento de fundos para educação, o Banco Mundial define um conjunto de políticas educacionais, que devem ser seguidas para fundamentar a concessão de créditos para o setor educativo. Em outras palavras, os objetivos dos projetos

educacionais devem integrar-se à política de desenvolvimento do banco para a comunidade internacional, devendo, também, atribuir à educação um caráter compensatório, entendido como meio de alívio à situação de pobreza no Terceiro Mundo, especialmente em períodos de ajustamento econômico. O Banco Mundial considerou, no início dos anos 1970, a educação fundamental como fator direto para o desenvolvimento econômico, ou seja, como meio para provimento de profissionais “qualificados” para o setor produtivo. [4].

Percebe-se, assim, a perda de autonomia dos órgãos ligados à educação, pois os empréstimos só seriam feitos se todas as exigências postas pelo Banco Mundial fossem cumpridas. Pode-se observar que as preocupações com os projetos educacionais eram direcionadas, também, ao ensino de 2º grau profissionalizante. O proposto nesses projetos era qualificar o estudante para atuar como operário, tendo, assim, um melhor desempenho no setor de produção. Com isso, contribuindo para o progresso do sistema capitalista.

Acredita-se ser este breve relato importante para contribuir no entendimento do que estava acontecendo no Ministério da Educação, em pleno Regime Militar, quando se começou a pensar sobre a criação de uma Universidade no município de Rio Grande. A Fundação Universidade Federal do Rio Grande vem, desde a sua criação, destacando-

se dentro do município de Rio Grande e demais regiões do País. É aprovado em 21 de outubro de 1969, através do Decreto n.º 65.462, o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, sendo nomeado para Reitor o Prof. Adolpho Gundlach Pradel, o qual não tinha vice-reitor.

Na década de 1970 começa a estruturação de novos cursos para a Universidade. É criado o Curso de Oceanologia, pioneiro no Brasil em nível de graduação, formando profissionais nas linhas biológicas e geológicas. É reconhecida em 1971 a Faculdade de Medicina do Rio Grande, através do Decreto n.º 68.306, em 2 de março, passando, em 29 de outubro do mesmo ano, a integrar o complexo universitário, conforme rezava o Decreto n.º 774 que instituiu a Universidade. Nesse mesmo ano, a FURG recebe da Prefeitura Municipal, através do então prefeito Coronel Cid Scarone Vieira, a área de 250 hectares para a implantação do novo campus universitário, localizado entre o Bairro Carreiros e a Vila Maria.

Em 1972, assume a Reitoria o Prof. Eurípedes Falcão Vieira e João Marinônio Carneiro Lages, que permanecem até o ano de 1977. Ambos foram nomeados em conformidade com o artigo 21, inciso V do decreto n.º 65462 de 21/10/69. Durante a gestão desses professores, as transformações que vinham ocorrendo na Universidade

continuaram e um crescimento significativo começou a acontecer.

Em 1973, é modificada a estrutura da Universidade do Rio Grande, quando passam a existir quatro centros: (i) Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, (ii) Centro de Ciências Humanas e Sociais, (iii) Centro de Letras e Artes e (iv) Centro de Ciências do Mar. Essa estrutura obedecia aos preceitos da lei subsequente nº 5540/68- Lei da Reforma Universitária, tendo como consequências mais importantes, no tocante ao ensino de graduação, a adoção do sistema de matrícula por disciplina e o surgimento dos colegiados de coordenação didático-pedagógicas dos Cursos que, na Universidade, receberam a denominação de Comissões de Curso. É reconhecida, em 1974, a Faculdade de Matemática do Rio Grande.

No ano de 1975, é reconhecido o Curso de Oceanologia pelo Decreto nº 76.028 de 25 de julho, com habilitações para Gerenciamento Ambiental e Recursos Naturais Renováveis. Nesse mesmo ano, buscando desenvolver a pesquisa marinha, é implantado o Projeto Atlântico, cujo principal objetivo era o desenvolvimento da pesquisa tecnológica na região oceânica sul-brasileira. Nessa época muito contribui para os estudos feitos a doação que a FURG recebeu da Fundação Cidade do Rio Grande: o Museu Oceanográfico. É reconhecido, também nesse ano, o Curso de Engenharia Civil do Rio Grande.

Em 1976 acontece o reconhecimento do Curso de Administração e em 1977, sob a gestão de seu terceiro reitor, Prof. Fernando Lopes Pedone e seu vice-reitor Pró-Tempore Paulo Sérgio Gonçalves, através de Portaria Ministerial, mais um importante passo é dado para a adoção integral das metas de reforma universitária brasileira, são extintos os Centros e surgem os Departamentos ligados diretamente às Sub-Reitorias de Ensino e Pesquisa.

Logo a seguir, em 1978, são inaugurados, no Campus Carreiros, os primeiros prédios da Base Oceanográfica Atlântica, sendo reconhecidos mais dois cursos: o de Ciências Licenciatura 1º e 2º Graus Habilitação Química e o de Biblioteconomia. Em 1979 ocorre o reconhecimento dos Cursos de Geografia Licenciatura Plena e Bacharelado, História Licenciatura Plena e Bacharelado e Enfermagem e Obstetrícia.

Entre outros acontecimentos que fizeram parte da história da FURG na década de 70, podemos citar: implantação e ampliação do Campus Cidade, processo de concurso para Bandeira da FURG, construção do Navio Oceanográfico “Atlântico Sul”, construção da Lancha “Larus”, fundação da Associação dos Funcionários da Universidade do Rio Grande e a criação das Residências Médicas: Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia e Ginecologia e Obstetrícia.

Atualmente, a FURG apresenta, em sua estrutura, o NUME- Núcleo de Memória, que procura resgatar a história da Universidade nesses 48 anos de existência. É a partir da memória que ocorrem as relações entre os indivíduos e se consolidam os laços de afetividade com a universidade. O indivíduo constrói a sua história a partir de fatos e ações que desenvolve cotidianamente, deixando, muitas vezes, marcas significativas que são lembradas pelas gerações futuras.

O Núcleo de Memória da FURG surgiu como Projeto de Extensão (Núcleo de Memória da URG), sob a responsabilidade das professoras Nilza Fontoura e Lília Maria B. Hartmann. O objetivo do projeto foi resgatar a memória da Universidade, por ocasião da passagem dos seus 25 anos de fundação, prevendo-se um período de execução de janeiro a junho de 1994. Na ocasião, foi instituída a Comissão Organizadora das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da Universidade do Rio Grande, ligada ao Gabinete do Reitor e presidida pela Prof<sup>ª</sup>. Irani Barlem Círia. Em 20 de agosto de 1994, o Núcleo de Memória recebeu a denominação de Núcleo de Memória “Eng. Francisco Martins Bastos”. Após o 25º Aniversário da FURG, as atividades do Núcleo foram interrompidas até 1999. Pereira, sobre esse fato, nos afirma:

O Núcleo de Memória da FURG- Eng. Francisco Martins Bastos, foi criado em 1994 por ocasião dos vinte e cinco anos da

Universidade, tendo sido, após, desativado por falta de condições de trabalho, foi reinstalado em 1999 e tem como objetivo o resgate da memória viva da FURG, a integração da comunidade universitária através da história, além de servir como elemento impulsionador de projetos que envolvam ensino, pesquisa e extensão. A grande maioria de seus membros é servidores aposentados, apenas três em atividade, porém o núcleo é aberto e diversas pessoas participam das reuniões como visitantes [5].

Em janeiro de 1999, o Núcleo de Memória foi reativado através da comissão criada para coordenar as comemorações dos 30 anos da Universidade (subcomissão do Núcleo de Memória coordenada pela Prof<sup>ª</sup>. Aída L. Borthairy), por iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE). Desde abril de 1999, considerou-se consolidada a atividade permanente do NUME. Ao finalizar o trabalho da referida subcomissão, o Núcleo de Memória foi instituído, em 17 de dezembro de 1999, junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Sua inauguração aconteceu em 07 de janeiro de 2000, sendo a professora Aída Borthairy nomeada sua presidente, instalado no pavilhão central do Campus Cidade da FURG.

A partir de então, as suas atividades foram desenvolvidas dentro de um novo Programa de Extensão (“Núcleo de Memória” - NUME), levando em conta três princípios: *a necessidade de resgatar as questões que dizem respeito à história da FURG; a Integração de vários segmentos da FURG no resgate de sua história e a contribuição para*

*o desenvolvimento e expansão da Universidade.*

O Núcleo de Memória “Eng. Francisco Martins Bastos” trabalha permanentemente para resgatar uma visão em perspectiva do desenvolvimento da FURG:

O acervo do museu é responsável por contar a história das primeiras escolas e faculdades de ensino superior da cidade do Rio Grande, como a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito Clóvis Bevilácqua, a Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande e a Faculdade de Medicina. Instituições educativas que são consideradas símbolos de um pioneirismo acadêmico que desencadeou uma série de transformações sociais, culturais e econômicas na cidade [7].

Para atingir esse objetivo, propõe-se a: consolidar o Núcleo como uma atividade permanente, promovendo a integração entre servidores ativos e aposentados e estimulando uma política de preservação como uma referência sobre o cotidiano; fornecer subsídios para se compreender as preocupações atuais da Universidade Brasileira e definir o próprio papel da FURG nesse processo; implementar mecanismos que permitam levar informações relevantes da História da FURG para universitários e para a comunidade em geral e facilitar o diálogo com a comunidade na qual a FURG está inserida, incentivando a integração social da Instituição.

O NUME apresenta uma estrutura instituída por uma comissão executiva, integrada por servidores ativos da FURG (presidente, vice-presidente, secretário,

tesoureiro e representantes de diversos setores), além de uma comissão consultora, integrada por servidores aposentados e ex-reitores da Universidade.

O NUME foi estruturado, inicialmente, através dos Subprogramas: **Subprograma “Resgate da história da FURG”** - recuperação de material sobre a história da mobilização das pessoas (funcionários e professores ativos e aposentados, acadêmicos e a comunidade em geral) e captação do material que permita documentar os fatos levantados (reuniões semanais, história oral, seminários e mesas redondas, pesquisa de documentos); **Subprograma “Indexação de material histórico”** - indexação do material obtido sobre a história da FURG e organização de um arquivo do NUME, visando dar continuidade a um processo dinâmico no qual as informações possam ser introduzidas e armazenadas, e do qual possam ser posteriormente recuperadas e atualizadas (banco de dados eletrônico, banco de projetos e teses, banco de documentos) e **Subprograma “Divulgação da história da FURG”** – divulgação da história da FURG através de publicações e de exposição de material (publicação eletrônica, periódico anual, painéis, atendimento de solicitações da comunidade, Semana Universitária e Museu Histórico). [6]

O NUME pretende, entre suas atividades, consolidar as atividades iniciadas em 1999 e zelar pela continuidade desse

trabalho e atingir mais amplamente a comunidade universitária e extra-universitária. O seu acervo histórico é muito rico e deve-se a doações feitas pela comunidade universitária e ex-funcionários da instituição. Percebemos que o núcleo, durante sua trajetória, foi consolidado através da “boa vontade” de pessoas que participaram ativamente do crescimento e desenvolvimento da FURG, ou seja, estavam fazendo parte da história da Universidade. O seu acervo se destaca por resgatar a história da FURG, durante as décadas de sua existência, bem como situar a posição sócio-político-econômica do município de Rio Grande, quando se começou a pensar na criação de uma Universidade, para garantir o ensino superior às gerações futuras.

O NUME resgata a memória da Fundação Universidade Federal de Rio Grande, sua construção e fundação. Possui, em seu acervo, fotografias, objetos de uso pessoal, documentos, jornais, projetos, relatórios, teses, publicações, mapas, quadros e placas que contam a história da FURG desde a criação das primeiras faculdades na década de 1950. Realiza reuniões e mesas redondas mensais sobre a história da instituição, com a participação de professores e funcionários ativos e aposentados, autoridades universitárias, acadêmicos, pós-graduandos e profissionais da comunidade.

Em 2005, cadastra-se no Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) e em 2006, o NUME entra

no cenário brasileiro de museus, cadastrando-se no Sistema Brasileiro de Museus. A fim de legitimar-se como instituição museal foi necessário adequar-se à Política Brasileira de Museus e ao Estatuto de Museus, lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Este Estatuto impõe que as instituições museológicas necessitam se adaptar às diversas necessidades dos espaços museológicos, como por exemplo, preocupar-se em refletir sobre suas práticas museológicas, os espaços específicos de trabalho dentro dos museus, além da necessidade de um profissional específico, o Museólogo, como membro atuante da equipe de profissionais dos museus brasileiros [8].

Através de sua diversificação documental (embora neste trabalho não se descrevesse todo o material disponível no núcleo), o NUME serve como subsídio para pesquisadores que desejam conhecer não somente a trajetória e história da Universidade, mas, também, do município que a abriga.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar no decorrer deste trabalho, a falta de uma Universidade no município ocasionava certa evasão de jovens deste, que, ao buscarem o ensino superior em outras localidades, não retornavam. A Fundação Cidade do Rio Grande foi criada para esse objetivo, mas a solução ainda não estava nela. Esta apresentava Faculdades isoladas, das quais somente uma era federalizada, ou seja, pertencia ao poder público, a Escola de Engenharia Industrial. As outras pertenciam ao poder privado, às quais a grande maioria da comunidade não tinha

acesso, pois pertencia à classe do proletariado.

A partir disso e com o município em pleno crescimento e desenvolvimento econômico, foram intensificando-se as discussões sobre a possibilidade de criação de uma Universidade através do Poder Público Federal. Muitos obstáculos foram enfrentados, mas o principal a ser considerado foi a possibilidade de ser instalada uma Universidade na cidade vizinha de Pelotas. Então, não haveria necessidade de ser criada outra no município de Rio Grande, já que estão localizadas tão próximas.

A mobilização da comunidade foi fundamental para que as discussões não terminassem. Nesse período, alguns setores da sociedade estavam dispostos a criar uma Universidade através de suas próprias ações, assim como tinha acontecido com as Faculdades isoladas. Após muitas negociações, foi autorizada pelo Presidente da República a criação da Universidade no município de Rio Grande.

No decorrer de sua primeira década, em 1970, durante o Governo do Regime Militar (período em que se pregou o autoritarismo e a ideologia partidária), a Universidade apresenta um forte desenvolvimento, época esta em que Rio Grande era Área de Segurança Nacional. Nesse período se exigia uma reformulação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 4024/61, para que se adequasse à proposta do atual

governo, causando, assim, alterações na área educacional em nível nacional. A liberdade de expressão e o direito à participação não existiam, as tomadas de decisões seguiam uma linha vertical.

No decorrer de sua criação, a Universidade foi destacando-se não somente no contexto onde está inserida, mas, também, sendo conhecida mundialmente pelas diversas atividades que desenvolve. A FURG, atualmente, busca, de forma indissociável, criar condições para que os indivíduos sejam participantes, criativos, críticos e responsáveis diante dos problemas e desafios sociais, políticos e culturais que lhes são apresentados. Através de suas atividades, tem procurado desenvolver as competências e a cidadania de seus atores, buscando a educação em sua plenitude, formando indivíduos capazes de enfrentar esses desafios e problemas da contemporaneidade.

A Universidade oferece 60 cursos de graduação distribuídos em cinco Campi. No município do Rio Grande, localizam-se os Campi Carreiros e da Saúde. Os demais Campi localizam-se nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar, além de alguns cursos a distância. Os quadros a seguir apresentam a relação de cursos que a instituição oferece:

**Quadro 1:** Cursos do Campus de Santo Antônio da Patrulha

Campus Santo Antônio da Patrulha - RS		
Curso	Grau	Turno
Ciências Exatas	Licenciatura	Integral
Engenharia Agroindustrial Agroquímica	Bacharelado	Integral
Engenharia Agroindustrial Indústrias Alimentícias	Bacharelado	Integral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: [www.furg.br](http://www.furg.br)

**Quadro 2:** Cursos do Campus de São Lourenço do Sul

Campus São Lourenço do Sul – RS		
Curso	Grau	Turno
Agroecologia	Bacharelado	Integral
Educação do Campo	Licenciatura	Integral
Gestão Ambiental	Tecnológico	Integral
Gestão de Cooperativas	Tecnológico	Noturno

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: [www.furg.br](http://www.furg.br)

**Quadro 3:** Cursos dos Campi Carreiros/ Saúde

Campus Carreiros / Saúde - Rio Grande – RS					
Curso	Grau	Turno	Curso	Grau	Turno
Administração	Bacharelado	Noturno	Biblioteconomia	Bacharelado	Matutino
Arqueologia	Bacharelado	Vespertino	Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral
Arquivologia	Bacharelado	Noturno	Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral
Artes Visuais	Bacharelado	Vespertino	Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno
Artes Visuais	Licenciatura	Vespertino	Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno
Direito	Bacharelado	Matutino	Engenharia Civil Empresarial	Bacharelado	Noturno
Direito	Bacharelado	Noturno	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Integral
Educação Física	Licenciatura	Noturno	Engenharia de Automação	Bacharelado	Integral
Engenharia Bioquímica	Bacharelado	Integral	Engenharia de Computação	Bacharelado	Integral
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Integral
Engenharia Civil Costeira e Portuária	Bacharelado	Integral	Engenharia Mecânica Empresarial	Bacharelado	Noturno
Engenharia Mecânica Naval	Bacharelado	Integral	Geografia	Licenciatura	Noturno
Engenharia Química	Bacharelado	Integral	Gestão Ambiental	Tecnológico	Integral
Física	Bacharelado	Integral	História	Bacharelado	Vespertino

<b>Física</b>	Licenciatura	Integral	<b>História</b>	Licenciatura	Vespertino
<b>Geografia</b>	Bacharelado	Noturno	<b>Letras - Língua Portuguesa</b>	Licenciatura	Noturno
<b>Letras - Português e Espanhol</b>	Licenciatura	Matutino	<b>Matemática Aplicada</b>	Bacharelado	Integral
<b>Letras - Português e Espanhol</b>	Licenciatura	Noturno	<b>Oceanologia</b>	Bacharelado	Integral
<b>Letras - Português e Francês</b>	Licenciatura	Noturno	<b>Pedagogia</b>	Licenciatura	Matutino
<b>Letras - Português e Inglês</b>	Licenciatura	Matutino	<b>Pedagogia</b>	Licenciatura	Noturno
<b>Matemática</b>	Licenciatura	Noturno	<b>Psicologia</b>	Bacharelado	Noturno
<b>Química</b>	Bacharelado	Integral	<b>Química</b>	Licenciatura	Integral
<b>Sistemas de Informação</b>	Bacharelado	Integral	<b>Enfermagem</b>	Bacharelado	Integral
<b>Toxicologia Ambiental</b>	Tecnológico	Integral	<b>Medicina</b>	Bacharelado	Integral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: [www.furg.br](http://www.furg.br)

#### Quadro 4: Cursos do Campus Santa Vitória do Palmar

Campus Santa Vitória do Palmar – RS		
Curso	Grau	Turno
<b>Comércio Exterior</b>	Bacharelado	Noturno
<b>Eventos</b>	Tecnológico	Vespertino
<b>Hotelaria</b>	Bacharelado	Noturno
<b>Relações Internacionais</b>	Bacharelado	Integral
<b>Turismo Binacional</b>	Bacharelado	Noturno

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: [www.furg.br](http://www.furg.br)

#### Quadro 5: Cursos de Educação a Distância

UAB- Educação a Distância	
<a href="#">Administração</a>	<a href="#">Letras - Espanhol (Licenciatura)</a>
<a href="#">Ciências (Licenciatura)</a>	<a href="#">Matemática (Licenciatura)</a>
<a href="#">História (Licenciatura)</a>	<a href="#">Pedagogia (Licenciatura)</a>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: [www.furg.br](http://www.furg.br)

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos, investe na formação de profissionais

qualificados e na pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Coerente com essa vocação, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) dedica-se à formulação

e à gestão da política da Universidade para as áreas de pesquisa, da inovação e da pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

Atualmente, a FURG dispõe de 28 Programas de Pós-Graduação, sendo 4 cursos de Mestrado Profissional, 24 de Mestrado Acadêmico e 12 de Doutorado, distribuídos em todas as suas 13 Unidades Acadêmicas. Pesquisadores e estudantes, de vários níveis, em instituições de excelência no Brasil e no exterior, e estudantes e docentes brasileiros e estrangeiros na FURG promovem a produção intelectual e a formação de pessoal altamente qualificado, contribuindo com o desenvolvimento científico, tecnológico e social da região e do País.

Sua determinação e garra se fazem presentes para que seus objetivos e propostas sejam cumpridos desde a sua fundação. Prova disso é que apresenta, em sua estrutura, o Núcleo de Memória “Eng. Francisco Martins Bastos”, o NUME, responsável pelo resgate vivo de sua história. Através do NUME, é possível afirmar que a FURG vem, desde 1969, ano de sua criação, contribuindo para a memória e o crescimento da cidade do Rio Grande, assim, fazendo parte da história do Rio Grande do Sul e influenciando no seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural. O seu acervo é responsável por resgatar não apenas a história da Universidade, mas, também, indiretamente do município do Rio Grande. Em seu contexto apresenta-se muito material para pesquisa,

inclusive, muitos utilizados para elaboração deste trabalho.

## 5- REFERÊNCIAS

- [1] LOPEZ, L. R. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- [2] TREVISAN, L. **O que todo o cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.
- [3] SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- [4] FONSECA, M. O financiamento Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L., WARDE, M. J., HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996 (229-251).
- [5] PEREIRA, D. T. **O compromisso social da Universidade: um estudo sobre a extensão na Fundação Universidade Federal do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Setor Escola de Serviço Social. Pelotas, 2000.
- [6] BORTHEIRY, Aída Luz Meirelles. **Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os Arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos**. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2008.
- [7] TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação. Pelotas: RS, 2013.
- [8] TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. O processo de modernização museal do Núcleo de Memória Eng.º Francisco Martins Bastos (NUME): trilhando um caminho para a preservação. **Revista Museologia e Patrimônio**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 7 no 1– 2014.